

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Do ponto de vista institucional, o Estado liberal e  
 (posteriormente) democrático, que se instaurou  
 progressivamente ao longo de todo o arco do século passado,  
 4 caracterizou-se por um processo de acolhimento e  
 regulamentação das várias exigências provenientes da  
 burguesia em ascensão, no sentido de conter e delimitar o  
 7 poder tradicional. Dado que tais exigências tinham sido feitas  
 em nome ou sob a espécie do direito à resistência ou à  
 revolução, o processo que deu lugar ao Estado liberal e  
 democrático pode ser corretamente chamado de processo de  
 10 “constitucionalização” do direito de resistência e de revolução.  
 Os institutos por meio dos quais se obteve esse resultado  
 13 podem ser diferenciados com base nos dois modos tradicionais  
 mediante os quais se supunha que ocorresse a degeneração do  
 poder: o abuso no exercício do poder (*tyrannus quoad*  
 16 *exercitium*) e o déficit de legitimação (o *tyrannus absque*  
*titulo*). Essa diferença pode tornar-se ainda mais clara se  
 recorreremos à distinção entre dois conceitos (que,  
 habitualmente, não são devidamente distinguidos): o de  
 19 legalidade e o de legitimidade.

A constitucionalização dos remédios contra o abuso  
 22 do poder ocorreu por meio de dois institutos típicos: o da  
 separação dos poderes e o da subordinação de todo poder  
 estatal (e, no limite, também do poder dos próprios órgãos  
 25 legislativos) ao direito (o chamado “constitucionalismo”).  
 O segundo processo foi o que deu lugar à figura —  
 verdadeiramente dominante em todas as teorias políticas do  
 28 século passado — do Estado de direito, ou seja, do Estado em  
 que todo poder é exercido no âmbito de regras jurídicas  
 que delimitam sua competência e orientam (ainda que,  
 31 frequentemente, com certa margem de discricionariedade) suas  
 decisões. Ele corresponde ao processo de transformação do  
 poder tradicional, fundado em relações pessoais e patrimoniais,  
 34 em um poder legal e racional, essencialmente impessoal.

Também com relação às exigências que visavam a dar  
 alguma garantia contra as várias formas de usurpação do poder  
 legítimo — ou, como se diria hoje, contra a sua deslegitimação  
 37 —, parece-me que a maioria dos remédios pode ser  
 compreendida nos dois principais institutos que caracterizam  
 40 a concepção democrática do Estado (os dois remédios  
 anteriores, os relativos ao abuso de poder, são mais  
 característicos da concepção liberal). O primeiro é a  
 43 constitucionalização da oposição, que permite (isto é, torna  
 lícita) a formação de um poder alternativo, ainda que nos  
 limites das chamadas regras do jogo. O segundo é a investidura  
 46 popular dos governantes e a verificação periódica dessa  
 investidura por parte do povo. O instituto do sufrágio universal  
 pode ser considerado o meio de constitucionalização do poder  
 49 do povo de derrubar os governantes, embora também aqui nos  
 limites de regras preestabelecidas.

Norberto Bobbio. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações).

Em relação às estruturas linguísticas e às ideias do texto acima e aos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens de 51 a 56.

- 51 No Brasil, constitui exemplo de “poder do povo de derrubar os governantes” (l.48-49), ou seja, de um direito constitucionalizado, a chamada Revolução de 1964, momento histórico em que a oposição, representada pelos militares, destituiu João Goulart do poder.
- 52 A preposição “a” empregada logo após a forma verbal “visavam” (l.35) poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 53 Infere-se do texto que a “constitucionalização” dos direitos de resistência e de revolução” (l.11) está vinculada à ascensão da burguesia ao poder, processo ele mesmo associado à revolução.
- 54 O emprego do acento gráfico em “remédios” pode ser justificado com base em duas regras distintas de acentuação.
- 55 No trecho “o que deu lugar à figura” (l.26), a partícula “o” classifica-se como pronome demonstrativo e exerce a função de sujeito da oração subordinada adjetiva.
- 56 Haveria prejuízo do sentido original do texto, ainda que sua correção gramatical fosse mantida, caso o trecho “Ele corresponde ao processo de transformação do poder tradicional” (l.32-33) fosse substituído por: A ele corresponde o processo de transformação do poder tradicional.

Cada um dos itens a seguir apresenta um trecho de texto adaptado da internet — <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>, devendo ser julgado certo caso esteja gramaticalmente correto, ou errado, caso contrário.

- 57 O trabalho que resultou da “Constituição Cidadã” começou muito antes da Assembleia Constituinte e o fim da ditadura. A luta para acabar com o chamado “entulho autoritário” ganhou força com a derrota da Emenda das Diretas-Já, ou Emenda Dante de Oliveira, rejeitada no dia 25 de abril de 1984 por faltar 22 votos.
- 58 Com a derrota na votação que instituiria o voto direto para presidente da República, líderes políticos, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes e Fernando Henrique Cardoso, percorreram o Brasil para tentar unir a sociedade em torno do ideal de pôr um fim ao regime autoritário, que já durava duas décadas e impunha a restrição de vários direitos.
- 59 Em 1988, os constituintes aprovaram mecanismos para facilitar a aprovação do texto da Constituição. Temas importantes, mas que dividiam a Constituinte, que não continham a garantia de votos necessários para aprovação, como o direito de greve e as questões indígenas, por exemplo, deixou-se para depois. Foi criado, então, a figura da regulamentação. Ao todo 369 artigos e incisos promulgados passaram a depender de outra lei para que passassem a vigorar.
- 60 “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”, disse, há 25 anos, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao promulgar a nova Constituição Federal, em vigor até hoje. O Brasil rompia de vez com a Constituição de 1967, elaborada durante o regime militar que vigorou no país de 1964 até 1985.

1 Era uma bela manhã de agosto.

Havia três dias que meu processo tinha começado, três dias que meu nome e meu crime congregavam a cada manhã uma multidão de espectadores, que se lançavam nos bancos da sala de audiência como corvos em torno de um cadáver, três dias em que toda essa fantasmagoria de juizes, testemunhas, advogados, procuradores do rei passava e repassava na minha frente, ora grotesca, ora sanguinolenta, sempre sombria e fatal. Nas duas primeiras noites de inquietação e de terror, não consegui dormir; na terceira, adormeci de enfado e cansaço. Levaram-me de volta à palha do meu calabouço, e eu caí imediatamente num sono profundo, num sono de esquecimento. Eram as primeiras horas de descanso depois de vários dias.

Estava no mais profundo desse profundo sono quando vieram me acordar. (...)

Os dois gendarmes esperavam-me à porta da cela. Colocaram-me as algemas. Havia uma pequena tranca complicada, que eles fecharam com cuidado. Eu me deixava levar: era uma máquina em uma máquina. (...)

Subimos uma escada em caracol; passamos por um corredor, depois um outro e mais um terceiro; em seguida, uma porta se abriu. Um ar quente, misturado com o barulho, golpeou-me a face; era o sopro da multidão na sala do tribunal. Entrei.

Victor Hugo. *O último dia de um condenado*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

No que se refere às estruturas linguísticas do texto acima e às ideias nele desenvolvidas, julgue os próximos itens.

61 Subentende-se estar a forma verbal **havia** elíptica antes da expressão “três dias”, tanto na primeira ocorrência (ℓ.2-3) quanto na segunda (ℓ.5-6).

62 A posição do adjetivo em relação ao substantivo, em “sono profundo” (ℓ.12) e em “profundo sono” (ℓ.14), está associada a diferentes interpretações, como ocorre com **homem grande** e **grande homem**.

63 O emprego da partícula “se”, no trecho “em seguida, uma porta se abriu” (ℓ.21-22), está associado a duas interpretações distintas: à de que alguém abriu a porta, relacionada a uma ação deliberada, e à de que a porta abriu em decorrência de um evento não intencional.

64 A expressão “era uma máquina em uma máquina” (ℓ.19) descreve o estado de espírito do personagem diante do funcionamento do tribunal que o julga.

65 Conclui-se do emprego dos tempos verbais que os acontecimentos são narrados no quarto dia do julgamento daquele que os narra.

## Texto para os itens de 66 a 75

1 Durante o século passado, a doutrina da tábula rasa norteou os trabalhos de boa parte das ciências sociais e humanidades. Uma longa e crescente lista de conceitos que pareceriam naturais ao modo de pensar humano (emoções, parentesco, sexo, doença, natureza, mundo) passou a ser vista como *inventada* ou *socialmente construída*.

7 A tábula rasa frequentemente anda em companhia de duas outras doutrinas que também alcançaram *status* sagrado na vida intelectual moderna.

10 Uma dessas doutrinas é geralmente atribuída a Descartes (1596-1650). Para ele, existe uma grande diferença entre mente e corpo, porquanto o corpo é, por natureza, sempre divisível, e a mente, inteiramente indivisível. Ele contestou Thomas Hobbes (1588-1617), que dizia que a mente podia operar segundo princípios físicos, e argumentou que, ao contrário, o comportamento, especialmente a fala, não era causado por nada, e sim, livremente escolhido. Um nome memorável para a doutrina defendida por Descartes foi dado três séculos depois pelo filósofo Gilbert Ryle (1900-1976), que a considerava a teoria “oficial”, *o dogma do fantasma da máquina*, segundo a qual o corpo e a mente estão atrelados, e, enquanto o corpo está sujeito a leis mecânicas, a mente não existe no espaço nem suas operações estão sujeitas a leis mecânicas.

25 A outra teoria que acompanha a tábula rasa é comumente atribuída ao filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), embora, na verdade, provenha de John Dryden, em peça publicada em 1670:

*Sou tão livre quanto o primeiro homem da Natureza,  
Antes de começarem as ignóbeis leis da servidão,  
Quando o nobre selvagem corria solto nas florestas.*

31 O conceito do bom selvagem capta a crença de que os seres humanos, em seu estado natural, são altruístas, pacíficos e serenos, portanto males como a ganância, a ansiedade e a violência são produtos da civilização.

34 Segundo Rousseau, muitos autores se precipitaram ao concluir que o homem é naturalmente cruel e requer um sistema de polícia regular, para regenerar-se. Cita, por exemplo, Thomas Hobbes, segundo o qual está evidente que, durante o tempo em que vivem sem um poder comum que os mantenha em temor reverencial, os homens encontram-se naquela condição denominada guerra; e essa é de cada homem contra cada homem. Hobbes acreditava que as pessoas somente poderiam escapar dessa existência infernal se entregassem sua autonomia a uma pessoa ou assembleia soberana, um leviatã.

46 Muito depende de qual desses antropólogos de gabinete está correto. Se considerarmos que as pessoas são bons selvagens, um leviatã dominador é desnecessário. De fato, ao forçar as pessoas a descrever a propriedade privada para que ela seja reconhecida pelo leviatã, este cria a própria cobiça e beligerância para cujo controle foi concebido. Se, em contraste, as pessoas são naturalmente perversas, o melhor que podemos esperar é uma trégua precária, mantida graças à polícia e ao exército. As duas teorias também têm, por conseguinte, implicações para a vida privada.

Steven Pinker. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 24-8 (com adaptações).

Considerando as ideias apresentadas no texto, julgue os itens subsecutivos.

66 Segundo o texto, a doutrina da tábula rasa tem influenciado a vida intelectual moderna a tal ponto que conceitos que pareceriam naturais ao modo de pensar humano passaram a ser vistos como inventados, ou socialmente construídos, como, por exemplo, as ideias de que os seres humanos, em seu estado natural, são pacíficos e serenos e têm uma mente indivisível, também controlada, como o corpo, por leis físicas.

67 Entre as ideias que fundamentam a doutrina da tábula rasa, destaca-se a concepção de que as faculdades de querer, sentir, conceber, entre outras, são partes da mente humana.

68 Gilbert Ryle foi contestado pelos demais pensadores mencionados no texto nas bases da doutrina da tábula rasa, por acreditar que tanto o corpo quanto a mente estavam sujeitos às leis físicas.

Com base no conteúdo e nos elementos estruturais, de coesão e de coerência do texto, julgue os itens a seguir.

69 O emprego do elemento referencial “a qual” (ℓ.21) evita a repetição viciosa da palavra “*máquina*”.

70 Em “nem suas operações estão sujeitas a leis mecânicas” (ℓ.23-24), o núcleo do complemento do vocábulo “sujeitas” poderia estar precedido de artigo (**às leis**), sem prejuízo para a correção gramatical e as informações do texto.

71 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o período que se inicia na linha 38 poderia ser reescrito da seguinte forma: Rousseau cita, por exemplo, Thomas Hobbes, que dava como evidente que os homens vivem em guerra, homem contra homem, quando ficam sem um poder comum que os mantenha em temor reverencial.

72 Em “este cria a própria cobiça e beligerância para cujo controle foi concebido” (ℓ.50-51), o emprego de “para” como elemento coesivo é estilístico; portanto, caso essa preposição fosse excluída, o texto se tornaria mais conciso, e as relações de sentido originais seriam mantidas.

73 No último parágrafo do texto, são apresentadas duas linhas argumentativas, que, iniciadas pelo marcador de condição “Se”, na linha 47 e na 51, expressam pontos de vista teóricos opostos surgidos no desenvolvimento da doutrina hoje conhecida como a do bom selvagem.

74 Em parágrafos com mais de um período, é no período inicial que se apresenta o assunto a ser desenvolvido, de forma que, se forem agrupados os primeiros ou o único período de cada parágrafo, na ordem em que aparecem no texto, será obtido, grosso modo, um panorama de sua estrutura argumentativa.

75 O elemento coesivo “porquanto” (ℓ.12) conecta duas orações, indicando que a ideia expressa na segunda oração é uma conclusão obtida a partir da ideia expressa na primeira.

1 O direito à informação da faculdade de manter-se  
silente ganhou dignidade constitucional, porque instrumento  
institucional da eficácia real da vetusta garantia contra a  
4 autoincriminação, que a persistência planetária dos abusos  
policiais não deixa perder atualidade. Em princípio, em vez de  
constituir desprezível irregularidade, a omissão do dever de  
7 informar ao preso os seus direitos, no momento adequado, gera  
efetivamente a nulidade e impõe a desconsideração de todas as  
informações incriminatórias anteriormente obtidas, assim como  
10 das provas delas derivadas. Mas, em matéria de direito ao  
silêncio e à informação oportuna dele, a apuração do gravame  
há de fazer-se a partir do comportamento do réu e da  
13 orientação de sua defesa no processo.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os próximos itens.

76 Infere-se dos sentidos do texto que o vocábulo “gravame” (ℓ.11) está empregado no sentido de **ônus ou encargo que incide sobre um bem material**.

77 Dada a definição do princípio da não autoincriminação como o direito de o acusado não produzir provas contra si próprio em processo penal, é correto afirmar que o emprego da vírgula imediatamente após “autoincriminação” (ℓ.4) é obrigatório.

78 O emprego do pronome “dele” imediatamente após “oportuna” (ℓ.11) prejudica a clareza do texto, dada a ambiguidade relativa ao referente desse pronome.

1 A Constituição Federal assegura aos presos o direito  
ao silêncio (inciso LXIII do art. 5.º). Nessa mesma linha de  
orientação, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e  
4 Políticos (Pacto de São José da Costa Rica) institucionaliza o  
princípio da não autoincriminação. Esse direito subjetivo de  
não se autoincriminar constitui uma das mais eminentes formas  
7 de densificação da garantia do devido processo penal e do  
direito à presunção de não culpabilidade (inciso LVII do art.  
5.º da CF). O processo penal é o espaço de atuação apropriada  
10 para o órgão de acusação demonstrar, por modo robusto, a  
autoria e a materialidade do delito. Esse órgão não se pode  
esquivar da incumbência de fazer da instrução criminal a sua  
13 oportunidade de produzir material probatório substancialmente  
sólido em termos de comprovação da existência de fato típico  
e ilícito, além da culpabilidade do acusado.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

79 O trecho “inciso LVII do art. 5.º da CF” poderia ser corretamente substituído por **art. 5.º, inciso LVII da CF**.

80 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o pronome “se”, em “não se pode esquivar” (ℓ.11-12), poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal “esquivar”, escrevendo-se **não esquivar-se**.

81 A correção gramatical e a clareza do texto seriam prejudicadas caso, no trecho “garantia do devido processo penal e do direito à presunção de não culpabilidade”(ℓ.7-8), a partícula “do”, em ambas as ocorrências, fosse substituída por **ao**.

1 Em caso de antecipação da audiência, o juiz, de ofício  
ou a requerimento da parte, deve mandar intimar pessoalmente  
os advogados para ciência da nova designação (CPC, art. 242,  
4 § 2.º), sendo ineficaz a intimação feita exclusivamente pelo  
Diário da Justiça do DF, se comprovado prejuízo para a parte.  
Verificada a ausência de intimação da parte ré para audiência  
7 de instrução e julgamento que teve sua data antecipada,  
impõe-se a anulação da sentença que a condenou, por não se  
desobrigar de comprovar o fato extintivo ou modificativo do  
10 direito reclamado pelo autor, determinando-se a devolução dos  
autos ao juizado de origem, para regular tramitação do feito.

Internet: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br>> (com adaptações).

No que concerne aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 82 A forma verbal “sendo” (ℓ.4), que inicia uma oração causal, poderia ser corretamente substituída por **eis que** ou **vez que**, sem prejuízo do sentido original do texto.
- 83 Para se garantir o grau de formalidade adequado a textos jurídicos e a correção gramatical do texto, o trecho “que teve sua data antecipada” (ℓ.7), exemplo de construção comum na variedade coloquial da língua portuguesa; deveria ser substituído por **cuja data foi antecipada**.
- 84 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, o vocábulo “autos” (ℓ.11), por ser, no texto, sinônimo de processo judicial, poderia ser flexionado no singular, assim como o artigo em “dos” (ℓ.10).
- 85 No texto, os termos “ofício”(ℓ.1) e “requerimento da parte” (ℓ.2) referem-se a documentos utilizados no âmbito judicial.

1 Desde que os revolucionários franceses, a partir de  
1789, passaram a proclamar, aos quatro ventos, sua Declaração  
dos Direitos do Homem e do Cidadão, a ideia de “direitos  
4 humanos”, malgrado contramarchas, só ganhou  
respeitabilidade, a ponto de hoje desfrutar de quase  
unanimidade mundial — o que, com certeza, nada nos informa  
7 quanto ao modo como, em cada canto deste vasto mundo, essa  
teoria faz seu salto para a prática, ou mesmo quanto ao que  
significa, na prática, esse salto. Talvez não tenha havido  
10 opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que  
não tivesse, em algum momento, lançado mão da linguagem  
dos direitos humanos.

13 Por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos,  
por que essa expressão tornou-se assim maleável, complacente  
e moldável, a ponto de a vermos pronunciada, sem rubor, pelos  
16 mais inesperados personagens? O que significa ela exatamente?  
Ou melhor, ela ainda conserva um significado?

José Damião de Lima Trindade. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 15-6 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens de 86 a 89.

- 86 Manteria a correção gramatical e os sentidos do texto a seguinte reescrita do trecho “a ideia (...) unanimidade mundial” (ℓ.3-6): o respeito à noção de direitos humanos seguiu crescendo e, embora tenha enfrentado retrocessos a ponto de desfrutar, no presente, aceitabilidade global.
- 87 O emprego do pronome possessivo “sua” (ℓ.2) marca a ligação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão com a França e reforça, conseqüentemente, o contraste com a ideia de universalismo registrada no texto por elementos como “humanos”, “mundial” e “em cada canto deste vasto mundo”.

88 O elemento coesivo “o que” (ℓ.6) recupera a ideia da expressão “quase unanimidade mundial” (ℓ.5-6) e poderia ser substituído por **a qual**, sem prejuízo para a correção gramatical do texto.

89 A palavra “assim” (ℓ.14) indica a conclusão do raciocínio iniciado no primeiro parágrafo e, por isso, sua substituição pela conjunção **portanto** manteria a correção gramatical e as relações de sentido do texto.

1 A Modernidade, para designar o período histórico  
pós-renascentista, é a expressão do próprio espírito de um  
tempo ansioso pela superação dos dogmas e das limitações  
4 medievais. O século XVII é, portanto, o momento de eclosão  
de vários desses anseios, que, sob condições peculiares,  
permitiu o florescimento de uma nova dimensão social e  
7 econômica, especialmente na Europa, onde o espírito da  
modernidade vem associado à ideia de progresso.

Ao termo modernidade pode ser associada uma  
10 variedade de outros termos, que, em seu conjunto, acabam por  
traçar as características semânticas que contornam as  
dificuldades de se definir modernidade: progresso; ciência;  
13 razão; saber; técnica; ordem; soberania; controle; unidade;  
Estado; indústria; centralização; economia; acumulação;  
individualismo; liberalismo; universalismo.

16 Ora, esses termos não estão aleatoriamente vinculados  
à ideia do moderno, pois surgiram com a modernidade e foram  
sustentados, em seu nascimento, por ideologias e práticas  
19 sociais que se afirmam como sustentáculos dos novos tempos,  
saudados, com muita efusividade, pelas gerações ambiciosas  
pela sensação (hoje tida como ilusória) da liberdade prometida  
22 pela modernidade.

É exatamente isso que faz com que a associação entre  
o que é dito “moderno” e o que é dito “progressista” se costure,  
25 visto que esses termos se misturam no contexto de formação,  
estruturação e avanço da modernidade.

Andytas Soares de Moura Costa. *Filosofia do direito e justiça na obra de Hans Kelsen*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 23-4 (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 90 O pronome “isso” (ℓ.23) retoma a ideia de que os novos tempos foram saudados por gerações desejosas de liberdade.
- 91 Por ser elemento adverbial, o trecho “para designar o período histórico pós-renascentista” (ℓ.1-2) poderia ser deslocado tanto para o início quanto para o final do período, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido do texto, desde que fossem feitas as devidas alterações quanto à pontuação e ao emprego de letras iniciais maiúscula e minúscula.
- 92 A substituição da forma verbal “permitiu” (ℓ.6) por **permitiram** manteria a correção gramatical do texto, porém alteraria as relações de sentido nele inscritas.
- 93 No segundo parágrafo, o autor enumerou termos ligados à ideia de modernidade que poderiam, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, ser separados por vírgula.
- 94 A retirada da expressão “Ora” (ℓ.16) preservaria as relações semânticas e coesivas do texto, mas alteraria o efeito discursivo do terceiro parágrafo.
- 95 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, o trecho “visto que esses (...) da modernidade” (ℓ.25-26) poderia ser reescrito da seguinte forma: porquanto esses termos se misturam nos contextos de formação, de estruturação e de avanço da modernidade.

Com base na NBR 6023/2002, que estabelece critérios de elaboração de referências bibliográficas, julgue os itens subsecutivos.

**96** Na apresentação dos elementos que compõem as referências de um documento, a data, por ser essencial, sempre deve ser indicada. O exemplo de referência abaixo ilustra, de acordo com a norma em apreço, um registro correto de data aproximada, considerando-se que nenhuma outra data, a não ser a do século provável de publicação do documento referenciado, pôde ser determinada.

GONÇALVES, R.; GOMES, B. **Histórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Cultura, [18--?]. 56 p.

**97** No exemplo de referência abaixo, a expressão abreviada, entre colchetes, indica que não foi possível identificar o local e a editora da publicação.

PEREIRA, E. J. **A história de Porto Nacional**. [s.n.], 1994.

---

Suponha que a Medida Provisória (MP) n.º 1690-8, editada pelo Poder Executivo em 10 de novembro de 1980, tenha sido publicada na página 45, na seção 1 do **Diário Oficial da União (DOU)**, em Brasília, no Distrito Federal, em 13 de novembro de 1980. Suponha, ainda, que essa MP tenha de constar da bibliografia de um livro que trata da legislação brasileira publicada.

Com base na situação e nas informações acima, bem como nas determinações da NBR 6023/2002 concernentes ao registro de referências de documentos jurídicos, julgue os próximos itens, relativos à ordem de apresentação das referências da mencionada MP.

**98** A seção e o número da página do DOU em que foi publicado o documento jurídico devem ser indicados, separados por vírgula, logo após o registro do nome, em negrito, desse jornal, seguindo-se outros dados.

**99** Na composição da referência do mencionado documento jurídico, a ordem dos primeiros elementos a serem registrados deve ser a seguinte:

BRASIL. Medida provisória n.º 1690-8, de 10 de novembro de 1980. Outros dados devem completar as referências.

## Documento I

No que diz respeito à guarda da criança, se unilateral ou compartilhada, discute-se a mudança de rotina da criança, alegando-se que isso seria prejudicial para ela. No entanto, percebe-se que as crianças sabem diferenciar, sem grandes conflitos, as regras de cada local de convivência.

“Nota-se, entretanto, que as crianças conseguem discriminar as diferenças de procedimentos educativos empreendidos por pais, mães e avós, tanto que, muitas vezes, sabem exatamente o que solicitar a cada um, mesmo quando os pais convivem maritalmente.” (Brito, p. 63, 2005)

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

## Documento II

Segundo Cançado Trindade (2003, p. 14), “há direitos que simplesmente não podem ser reivindicados, diante de um tribunal, por seus sujeitos ativos (titulares)”.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Com base na forma de apresentação e de indicação das citações nos documentos I e II, julgue os itens seguintes, de acordo com estabelecido na NBR 10520/2002.

**100** No documento I, a apresentação da citação segue as orientações da referida NBR no que se refere a citação direta, no texto, com mais de três linhas e feita pelo sistema de chamada denominado autor-data.

**101** A apresentação da citação no documento II é direta, de até três linhas; estão registrados conforme determinações da mencionada NBR tanto o nome do autor quanto as informações entre parênteses.

1 **Informativo mensal**


**Princípios e Garantias Penais**

***Princípio da insignificância e furto - I***

- 4 A 1.<sup>a</sup> Turma indeferiu, em julgamento conjunto,  
*habeas corpus* nos quais se postulava trancamento  
 de ação penal em virtude de alegada atipicidade  
 7 material da conduta. Ademais, cassou-se a liminar  
 anteriormente deferida em um deles (HC 110932/RS).  
 Tratava-se, no HC 109183/RS, de condenado por  
 10 furtar, com rompimento de obstáculo, bens avaliados  
 em R\$ 45,00, equivalente a 30% do salário  
 mínimo vigente à época. No HC 110932/RS, de  
 13 acusado por, supostamente, subtrair, mediante concurso de  
 pessoas, bicicleta estimada em R\$ 128,00, correspondente  
 a 50% do valor da capital básica da cesta em outubro gaúcha de  
 16 2008. Mencionou-se que o Código Penal, no art. 155, § 2º, ao se  
 referir ao pequeno valor da coisa ~~furtada~~, disciplinaria da pena ~~da~~ *----/v.o/*  
 — e não de exclusão da tipicidade —, quando se tratasse de  
 19 furto simples. (...)  
 HC 109183/RS, rel. Min. Luiz Fux, 12.6.2012. (HC-109183).

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Com base no texto do informativo acima, apresentado com marcas de revisão, bem como no que dispõe a NBR 6025/2002 acerca da revisão de originais e provas, julgue os itens a seguir.

- 102 O sinal registrado do lado direito das linhas 10, 11 e 12 indica que se devem evitar brancos entre as linhas do texto; deve-se repetir esse sinal no espaço em branco deixado entre essas linhas, no próprio texto.
- 103 Na linha 15, deve-se marcar o trecho, separando-se “capital”, “básica da”, “cesta”, “em outubro” e “gaúcha” com o sinal , que indica a ação de transpor palavras ou trechos, e, na margem direita, registrar o mesmo sinal, com a seguinte numeração: 3, 2, 1, 5, 4, seguido da barra de atenção, para que a estrutura readquira a coerência: “cesta básica da capital gaúcha em outubro”.
- 104 A revisão em cópia impressa pode ser substituída pela revisão em meio eletrônico, dado que esta incorpora os padrões visuais e de diagramação próprios do meio virtual e permite realizar, com mais precisão, a limpeza do texto, no que se refere a aspectos gramaticais e ortográficos.
- 105 No espaço à direita da linha 17, o primeiro sinal registrado indica que a palavra “furtada” deve ser excluída do texto, e o segundo sinal, “v.o”, indica que a barra de atenção colocada entre “disciplinaria” e “da pena” representa supressão de um desses dois termos.

1 Antes de me despedir deles, fui ver a biblioteca. Era  
 uma vasta sala, dando para a chácara, por meio de seis janelas  
 de grade de ferro, abertas de um só lado. Todo o lado oposto  
 4 estava forrado de estantes, peçadas de livros. Estes eram, pela  
 maior parte, antigos, e muitos in-fólio; livros de história, de  
 política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em  
 7 latim e italiano. Eu via-os, tirava e abria um ou outro, dizia  
 alguma palavra, que o Félix, que ia comigo, ouvia com muito  
 prazer, porque as minhas reflexões redundavam em elogio do  
 10 pai, ao mesmo tempo que lhe davam de mim maior ideia. Esta  
 ideia cresceu ainda, quando casualmente dei com os olhos na  
*Storia Fiorentina*, de Varchi, edição de 1721. Confesso que  
 13 nunca tinha lido esse livro, nem mesmo o li mais tarde; mas um  
 padre italiano, que eu visitara no Hospício de Jerusalém, na  
 antiga Rua dos Barbonos, possuía a obra e falara-me da última  
 16 página, que, em alguns exemplares, faltava, e tratava do modo  
 descomunalmente sacrílego e brutal com que um dos Farneses  
 tratara o bispo de Fano.

19 — Será o exemplar truncado? disse eu.

— Truncado? repetiu Félix.

— Vamos ver, continuei eu, correndo ao fim. Não, cá  
 22 está; é o cap. 16 do liv. XVI, pág. 398. Uma coisa indigna! “In  
 questanno modesimo nacque un caso...” Não vale a pena ler; é  
 imundo.

25 Pus o livro no lugar. Sem olhar para o Félix, senti-o  
 subjugado.

Machado de Assis. *Casa velha*. Rio de Janeiro-Belo  
 Horizonte: Garnier, 1991 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes, acerca das  
 normas de produção editorial.

**106** A obra citada no texto, *Storia Fiorentina*, pode ser considerada  
 um periódico.

**107** Não seria necessário especificar o meio físico da fonte do  
 trecho acima, caso esse fragmento tivesse sido extraído de  
 publicação em meio eletrônico.

**108** O nome Varchi, por ser de origem estrangeira, deveria ter sido  
 grafado, no corpo do texto, em itálico ou isolado por aspas.

1 Foi sempre uma das aspirações da moderna  
 historiografia e da ciência política brasileiras conhecer a  
 estrutura, a organização, o funcionamento, o papel político e  
 4 administrativo do Conselho de Estado. Mas esse conheci-  
 -mento não se podia limitar aos estudos jurídicos de direito  
 público constitucional e administrativo desenvolvidos pelo  
 7 Marquês de São Vicente,<sup>1</sup> pelo Visconde do Uruguai,<sup>2</sup> por  
 Zacarias de Goes e Vasconcelos,<sup>3</sup> [...] ou ainda pelos  
 divulgadores didáticos, como Fernando Machado<sup>4</sup>.

10 Era necessário conhecer sua história, sua criação, suas  
 fases, sua ascensão, sua decadência, seu renascimento, sua  
 supressão, suas figuras, membros ordinários e extraordinários,  
 13 e tudo isso foi, de certo modo, feito por Tavares de Lyra.

O estudo desse eminente homem público, ministro,  
 deputado, historiador, é pioneiro no campo da nossa  
 16 historiografia, e dá uma visão sumária satisfatória de  
 organização, funcionamento, papel e desempenho das  
 principais figuras, traçando-lhes a biografia. Seu ensaio  
 19 ressenete-se da deficiência dos recursos documentais, da falta de  
 auxílio indispensável para o levantamento completo de uma  
 instituição tão importante na vida nacional imperial de 1822 até  
 22 1889.

1 **Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império**, Rio de Janeiro, [1857].

2 **Ensaio sobre o Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 1862.

3 **Da Natureza e Limites do Poder Moderador**, Rio de Janeiro, 1862.

4 **Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a Análise do Tit. V Cap. I da  
 Constituição Política do Brasil**, Recife, 1864.

BRASIL. Senado Federal. “Conselho dos Procuradores- Gerais das Províncias  
 do Brasil 1822-1823”. *Atas do Conselho de Estado* (com adaptações).

Em relação às normas de produção editorial e às referências  
 destacadas no texto acima, julgue os itens de **109 a 114**.

**109** Caso o texto acima fosse retirado de fonte *online*, a forma  
 correta de registro da referência seria:

BRASIL. Senado Federal. “Conselho dos Procuradores-Gerais  
 das Províncias do Brasil 1822-1823”. *Atas do Conselho de  
 Estado*. Texto disponível em: <www.senadofederal.br>.  
 Acesso em: 10 nov. 2013.

- 110** A data da referência número 1 está entre colchetes, o que indica que a data não é exata, mas aproximada.
- 111** Caso se optasse por citar o nome do autor no corpo do texto e entre parênteses, esse nome deveria ser grafado com letras maiúsculas.
- 112** Nas linhas 4 e 5, a translineação da palavra **conhecimento** está de acordo com as normas de editoração, apesar de não ser a forma mais usual de fazê-la.
- 113** Conforme previsto nas Normas da ABNT, o emprego das aspas é uma opção, no texto, para a referência dos títulos das obras citadas.
- 114** As referências de 1 a 4 estão de acordo com os padrões da Normas da ABNT.
- 
- Em relação a nomes dos autores e títulos de referências bibliográficas, julgue os itens de **115** a **118**, de acordo com as normas da ABNT.
- 115** Em coletâneas de vários autores, quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, a entrada deve ser feita da seguinte forma: MARCOLINO, Marco. Organizador. **O Estado e o cidadão**. Brasília: Editora Brasília, 1992.
- 116** Caso haja mais de três autores de uma obra, deve-se elaborar a referência da seguinte forma: MARCOLINO, M. et al. **O Estado e o cidadão**. Brasília: Editora Brasília, 1992.
- 117** Em caso de autoria desconhecida, a entrada da referência bibliográfica somente pode ser feita pelo termo ANÔNIMO.
- 118** Na referência de uma obra, mesmo que seja muito longo, o título deve ser indicado na íntegra.
- 
- No que concerne a práticas de revisão, julgue os próximos itens.
- 119** A revisão de provas, também denominada copidesque, consiste em normalização ortográfica, gramatical e literária das provas, com a finalidade de se uniformizar o texto final como um todo.
- 120** A marcação no texto pode, eventualmente, apagar trecho do texto, desde que este seja facilmente recuperável.



## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Considere que o texto a seguir seja submetido a um revisor de língua portuguesa para avaliação (e eventual correção) dos aspectos gramaticais e dos elementos de coerência e coesão.

A alegação de ilegitimidade do advogado-geral da União substituto para subscrever a portaria interministerial revela-se insubsistente. Como se sabe, uma das modalidades de convalidação do ato administrativo é a ratificação pela autoridade competente para praticá-lo. Por ser conjunta a assinatura (figuram como autores tanto o advogado-geral da União quanto o ministro da Justiça) nenhuma questão remanesce no tocante à validade ou à eficácia do ato, porquanto inequívoca a competência deste último para instaurar o procedimento de revisão de atos administrativos que formalizou anteriormente. De todo modo, afirmar que somente a Comissão de Anistia instituída pela Lei n.º 10.522/2002 poderia prestar assessoria ao ministro, não se coaduna com o disposto no art. 131 da Constituição Federal, que revela caber à Advocacia-Geral da União prestar o assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Se a lei tivesse afastado tal atribuição do órgão (e não o fez) incorreria em inconstitucionalidade material. Então, quer porque o ministro da Justiça é a autoridade competente para rever os próprios atos por motivos de ilegalidade, quer porque a advocacia pública federal exerce, por mandamento constitucional, a função de controle interno de legalidade, descabe a glosa do ato administrativo. Logo, o assessoramento desempenhado pela Comissão de Anistia, à luz do art. 12 da Lei n.º 10.559/2002, não afasta aquele concernente à advocacia pública.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Escreva sobre as qualidades linguísticas do texto a ser revisado. Em seu texto, que deve ser escrito em linguagem técnica clara e correta [**valor: 1,50 ponto**], faça, necessariamente, o que se pede a seguir, de modo que as ideias do autor sejam preservadas.

- ▶ Localize dois problemas de pontuação no texto e mostre como corrigi-los. [**valor: 9,00 pontos**]
- ▶ Localize dois pronomes empregados anaforicamente e explique, justificando seu ponto de vista, se mudaria esses elementos anafóricos por outros. [**valor: 9,00 pontos**]
- ▶ Escolha dois conectores no texto e explique a sua função na organização das ideias. [**valor: 9,00 pontos**]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos